

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA

### EXERCÍCIO DE 2013

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2013

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2013

Lei nº 0305 de 06 de junho de 2012

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2013 e dá outras providências.

Disposições Preliminares

Art.1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2013, compreendendo:

- I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V – equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI – critérios e formas de limitação de empenho;
- VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XI – definição de critérios para início de novos projetos;
- XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XIII – incentivo à participação popular;
- XIV – as disposições gerais.

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2013 correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2010–2013, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2013 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O projeto de lei orçamentária para 2013 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2013 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

Seção II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I

Das Diretrizes Gerais

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013**

Art. 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2010-2013.

Art. 4º. O(s) orçamento (s) fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminará (ão) a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º. O(s) orçamento(s) fiscal, da seguridade social e de investimentos compreenderá (ão) a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas dependentes, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I – texto da lei;

II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;

III – quadros orçamentários consolidados;

IV – anexo(s) do(s) orçamento(s) fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V – demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

VI – anexo do orçamento de investimento a que se refere o artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;

II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República e no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, para fins do atendimento ao artigo 60 do ADCT, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e respectiva Lei nº 11.494/2007;

IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa constantes do projeto de lei orçamentária de 2013 serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2011, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que impliquem aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. As entidades da Administração Indireta e o Poder Legislativo, se for o caso, encaminharão ao Setor de Planejamento (ou Órgão Central de Contabilidade) do Poder Executivo, até 15 dias antes do prazo definido no caput, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013**

municipal.

Art. 9º. O Poder Legislativo e as entidades da Administração Indireta encaminharão ao Setor de Planejamento (ou Órgão Central de Contabilidade) do Poder Executivo, até 31 de julho de 2011, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art.11. A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta e nas entidades da administração indireta responsáveis pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição da República.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta e as entidades da administração indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Subseção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 12. O orçamento de investimento, previsto no artigo 165, § 5º, inciso II, da Constituição da República será apresentado para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I – gerados pela empresa;

II – oriundos de transferências do Município;

III – oriundos de operações de crédito internas e externas;

IV – de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Subseção III

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 13. A administração da dívida pública municipal interna e/ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos na lei orçamentária os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, por meio de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 14. Na lei orçamentária para o exercício de 2013, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 16. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013**

na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal. -

Subseção IV

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 17. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 4% (quatro por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2013, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 18. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2013, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição da República.

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 19. Se durante o exercício de 2013 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que enseje situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 20. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2013, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013**

Art. 21. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

- I – atualização da planta genérica de valores do Município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
- VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII – revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;
- IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- X – a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos.

Art. 22. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subseqüentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2013.

§ 2º. No caso de não-aprovação das propostas de alteração previstas no caput, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

Seção V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 24. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2013 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 25. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2013 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2013 a 2013, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

- I – para elevação das receitas:
  - a – a implementação das medidas previstas nos artigos 20 e 21 desta Lei;
  - b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;
  - c – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.
- II – para redução das despesas:

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013**

- a – utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a reduzir custos de toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 27. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do § 1º do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2013, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

- I – as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II – as despesas com benefícios previdenciários;
- III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – as despesas com PASEP;
- V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 28. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 29. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. A lei orçamentária de 2013 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuirão para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado “Apoio Administrativo” ou de finalidade semelhante.

§ 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e re-ordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 30. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013**

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2013 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 31. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente constituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem da execução de programas municipais.

Art. 32. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica, no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 33. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente ao atendimento de interesses locais observadas as exigências do artigo 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 35. As transferências de recursos às entidades previstas nos artigos 30 a 33 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§ 1º. Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 36. É vedada a destinação na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 37. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013**

prévia autorização legislativa, conforme determina o artigo 167, inciso VI da Constituição da República.

Seção IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 38. É permitida a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o artigo 116 da Lei nº 8.666/1993.

Seção X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso.

Art. 39. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2013, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Para atender ao caput deste artigo, as entidades da administração indireta e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2013, os seguintes demonstrativos:

- I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 101/2000;
- II – a programação financeira das despesas, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000;
- III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso através do órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2013;

§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 40. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2013 e seus créditos adicionais, observando o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2010-2013 e com as normas desta Lei;
- II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;
- III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2013, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2012.

Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 41. Para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013

Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 42. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2013, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 43. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2013 mediante regular processo de consulta;

II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Seção XIV

Das Disposições Gerais

Art. 44. O Poder Executivo poderá, mediante decreto específico, remanejar total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2013 e em seus créditos adicionais, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no artigo 3º, desta Lei.

§ 1º. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2013 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas por meio de decreto para atender às necessidades de execução desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

§ 2º. As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 45. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição da República.

§ 1º. A lei orçamentária conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 46. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, § 2º da Constituição da República, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, utilizando-se os recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 47. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes cuja alteração venha ser proposta.

Art. 48. Se o projeto de lei orçamentária de 2013 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2010, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – amortização, juros e encargos da dívida;

IV – PIS-PASEP;

V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e

VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013**

de lei orçamentária de 2013, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2013 para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 49. Em atendimento ao disposto no artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I – Anexo de Metas Fiscais;
- II – Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pedra Bonita, 06 de junho de 2012.

# ANEXO DE METAS FISCAIS

# MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013

### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

#### DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS

LRF, art. 4º, § 1

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2013			2014			2015		
	VALOR CORRENTE ( A )	VALOR CONSTANTE	% PIB	VALOR CORRENTE ( B )	VALOR CONSTANTE	% PIB	VALOR CORRENTE ( C )	VALOR CONSTANTE	% PIB
Receita Total	17.019.092,22	15.980.368,28	0,00	18.180.036,20	16.028.597,68	0,00	19.388.587,80	16.050.824,80	0,00
Receitas Primárias ( I )	16.629.446,92	15.614.504,15	0,00	17.767.257,20	15.664.667,24	0,00	18.912.128,80	15.656.388,65	0,00
Despesa Total	17.019.092,22	15.980.368,28	0,00	18.180.036,20	16.028.597,68	0,00	19.388.587,80	16.050.824,80	0,00
Despesas Primárias ( II )	16.671.493,22	15.653.984,24	0,00	17.809.843,20	15.702.213,58	0,00	18.994.332,80	15.724.441,16	0,00
Resultado Primário ( I - II )	-42.046,30	-39.480,09	0,00	-42.586,00	-37.546,34	0,00	-82.204,00	-68.052,51	0,00
Resultado Nominal	106.751,78	100.236,41	0,00	0,00	0,00	0,00	-97.106,65	-80.389,65	0,00
Dívida Pública Consolidada	438.385,96	411.630,01	0,00	438.385,96	386.507,05	0,00	389.000,00	322.033,30	0,00
Dívida Consolidada Líquida	243.406,65	228.550,85	0,00	243.406,65	214.601,73	0,00	146.300,00	121.114,32	0,00

#### PRODUTO INTERNO BRUTO ( PIB ) - VALORES PREVISTOS ( EM REAIS )

2013	2014	2015
0,00	0,00	0,00

#### ÍNDICES DE INFLAÇÃO -- VALORES PREVISTOS ( EM % )

2013	2014	2015
6,50	6,50	6,50

# MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013

### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

#### DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso I

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS EM 2011 - ( A )	% PIB	METAS REALIZADAS EM 2011 - ( B )	% PIB	VARIÇÃO	
					( C ) = ( A - B )	% ( C / A ) * 100
Receita Total	11.960.000,00	0,00	13.331.935,69	0,00	1.371.935,69	11,47
Receitas Primárias ( I )	11.736.928,66	0,00	13.150.980,57	0,00	1.414.051,91	12,05
Despesa Total	11.960.000,00	0,00	12.886.902,11	0,00	926.902,11	7,75
Despesas Primárias ( II )	11.804.360,77	0,00	12.580.439,12	0,00	776.078,35	6,57
Resultado Primário ( I - II )	-67.432,11	0,00	570.541,45	0,00	637.973,56	-946,10
Resultado Nominal	-682.452,94	0,00	-682.452,94	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	578.071,15	0,00	578.071,15	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-205.205,71	0,00	-205.205,71	0,00	0,00	0,00

#### PRODUTO INTERNO BRUTO ( PIB ) - EXERCÍCIO DE 2011 ( EM REAIS )

VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO
0,00	0,00

**MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO**

**DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso II

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receita Total	9.822.770,53	11.960.000,00	21,76	13.103.221,00	9,56	17.019.092,22	29,88	18.180.036,20	6,82	19.388.587,80	6,65
Receitas Primárias ( I )	9.612.360,66	11.736.928,66	22,10	12.867.185,00	9,63	16.629.446,92	29,24	17.767.257,20	6,84	18.912.128,80	6,44
Despesa Total	9.822.770,53	11.960.000,00	21,76	13.103.221,00	9,56	17.019.092,22	29,88	18.180.036,20	6,82	19.388.587,80	6,65
Despesas Primárias ( II )	9.682.734,17	11.804.360,77	21,91	12.936.078,49	9,59	16.671.493,22	28,88	17.809.843,20	6,83	18.994.332,80	6,65
Resultado Primário ( I - II )	-70.373,51	-67.432,11	-4,18	-68.893,49	2,17	-42.046,30	-38,97	-42.586,00	1,28	-82.204,00	93,03
Resultado Nominal	310.541,26	-682.452,94	-319,76	341.860,58	-150,09	106.751,78	-68,77	0,00	-100,00	-97.106,65	-100,00
Dívida Pública Consolidada	738.385,96	578.071,15	-21,71	438.385,96	-24,16	438.385,96	0,00	438.385,96	0,00	389.000,00	-11,27
Dívida Consolidada Líquida	477.247,23	-205.205,71	-143,00	136.654,87	-166,59	243.406,65	78,12	243.406,65	0,00	146.300,00	-39,89

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receita Total	11.141.231,90	12.737.400,00	14,33	13.103.221,00	2,87	15.980.368,28	21,96	16.028.597,68	0,30	16.050.824,80	0,14
Receitas Primárias ( I )	10.902.579,77	12.499.829,02	14,65	12.867.185,00	2,94	15.614.504,15	21,35	15.664.667,24	0,32	15.656.388,65	-0,05
Despesa Total	11.141.231,90	12.737.400,00	14,33	13.103.221,00	2,87	15.980.368,28	21,96	16.028.597,68	0,30	16.050.824,80	0,14
Despesas Primárias ( II )	10.982.399,16	12.571.644,22	14,47	12.936.078,49	2,90	15.653.984,24	21,01	15.702.213,58	0,31	15.724.441,16	0,14
Resultado Primário ( I - II )	-79.819,39	-71.815,20	-10,03	-68.893,49	-4,07	-39.480,09	-42,69	-37.546,34	-4,90	-68.052,51	81,25
Resultado Nominal	352.223,66	-726.812,38	-306,35	341.860,58	-147,04	100.236,41	-70,68	0,00	-100,00	-80.389,65	-100,00
Dívida Pública Consolidada	837.495,82	615.645,77	-26,49	438.385,96	-28,79	411.630,01	-6,10	386.507,05	-6,10	322.033,30	-16,68
Dívida Consolidada Líquida	541.305,74	-218.544,08	-140,37	136.654,87	-162,53	228.550,85	67,25	214.601,73	-6,10	121.114,32	-43,56

ÍNDICES DE INFLAÇÃO ( EM % )					
2010	2011	2012	2013	2014	2015
5,06	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50



# MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013

### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

#### DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009	%	2010	%	2011	%
Patrimônio / Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	3.468.851,44	100,00	3.963.228,75	100,00	4.943.193,72	100,00
TOTAL PATRIMONIO LIQUIDO	3.468.851,44	100,00	3.963.228,75	100,00	4.943.193,72	100,00

# MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013

### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

#### DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

RECEITAS REALIZADAS	2009	2010	2011
DESPESAS LIQUIDADAS	2009	2010	2011
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR ( III )	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO DO EXERCICIO ( IV ) = ( I - II + III )	0,00	0,00	0,00

# MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013

ANEXO DE METAS FISCAIS

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

## DEMONSTRATIVO VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso V

Valores em R\$1,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

EVENTO	VALOR PREVISTO -- 2013
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I )	0,00
MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II )	0,00
SALDO UTILIZADO ( IV )	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC ( III - IV )	0,00

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

EVENTO	VALOR PREVISTO -- 2013
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I )	0,00
MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II )	0,00
SALDO UTILIZADO ( IV )	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC ( III - IV )	0,00

# ANEXO DE RISCOS FISCAIS

MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
DEMONSTRATIVO IX - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

RRF, art. 4º, § 3º

R\$1,00

CAMARA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUB-TOTAL	0,00		0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUB-TOTAL	0,00		0,00

# METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

## MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

PROGRAMA: 0000 ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO: CUMPRIR COM TODOS COMPROMISSOS DA PREVIDENCIA, SETENCAS JUDICIAIS, CONVENIOS E OUTROS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.003	MANUTENCAO DE SENTENCAS JUDICIAIS	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
0.005	CONTRIBUICAO AO PASEP	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
0.006	AMORTIZACAO DE DIVIDA CONTRATADA	%	100,00	DIVIDA PUBLICA CONTROLADA

PROGRAMA: 0001 APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: PROVER OS ORGAOS DA PROPRIA ADMINISTRACAO PUBLICADOS MEIOS PARA A IMPLEMENTACAO E GESTAO DOS SEUS D IVERSOS PROGRAMAS FINALISTICOS, POR MEIO DE ACOESVOLTADAS A MANUTENCAO E

APRIMORAMENTO DA A DMINISTRACAO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.001	TRANSFERENCIA DE VERBA A ASPEMG	%	100,00	TRANSFERNECIA CONCEDIDA
0.002	TRANSFERENCIA DE VERBA A ASSOC. M. MUNICIPIOS	%	100,00	TRANSFERENCIA CONCEDIDA
0.007	MANUTENCAO CONVENIO COM A POLICIA MILITAR	%	100,00	CONVENIO MANTIDO
0.008	MANUTENCAO CONVENIO POLICIA CIVIL	%	100,00	CONVENIO MANTIDO
0.009	MANUTENCAO CONVENIO COM A JUSTICA ELEITORAL	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
0.014	CONTRIBUICAO A ASSOC. MINEIRA DE MUNICIPIOS - AMM	PERCENTUAL	100,00	Acompanhamento das atividades municipais
0.015	CONTRIBUICAO A CONF. NACIONAL DOS MUNICIPIOS - CNM	PERCENTUAL	100,00	Assessoria ao Municipio junto ao Governo Federal
1.004	AQUIS.MOVEIS,VEIC.EQUIP.PERMANENTE GAB.PREFEITO	UN	10,00	MELHORIA NAS INSTALACOES PUBLICAS
1.009	AQUISICAO MOVEIS,VEICULOS E EQUIP.P/SEC.ADM.	%	100,00	MOVEIS VEICULOS ADQUIRIDOS
1.012	EXTENSAO DA REDE DE ENERGIA ELETRICA	%	100,00	LUZ PARA TODOS
1.026	CONST. OU RECUPERACAO CASAS POPULARES RURAIS	%	25,00	MELHORIA NAS HABITACOES RURAIS

**MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013**

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.003	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.006	RECEPCOES HOMENAGES E COMEMORACOES	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.009	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE ASSESSORIA JURIDICA	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.010	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRACAO	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.011	MANUTENCAO DESPESAS COM PROPAGANDA E PUBLICIDADE	%	100,00	POPULACAO INFORMADA
2.036	MANUTENCAO DOS SUBSIDIOS DO VICE PREFEITO	%	100,00	SERVICO MANTIDO
2.045	MANUTENCAO DOS SUBSIDIOS DO PREFEITO	%	100,00	SERVICO MANTIDO
2.060	MANUTENCAO PARA REALIZACAO DE CONCURSO PUBLICO	EM APURACAO	0,00	CONCURSO REALIZADO
2.063	MANUTENCAO DOS SUBSIDIOS DOS SECRETARIOS	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

**PROGRAMA: 0002 ACAO DO PODER LEGISLATIVO**

**OBJETIVO: PROVER A CAMARA MUNICIPAL DOS RECURSOS E MATERIAISNECESSARIOS AO CUMPRIMENTO DE SUAS FUNCOES.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.001	AQUIS. MOVEIS E EQUIP. P/ SECRETARIA CAMARA	UNIDADE	5,00	MELHORIA NAS INSTALACOES PUBLICAS
1.002	CONSTRUCAO DO PREDIO DA CAMARA MUNICIPAL	UN	0,00	MELHORIA NAS INSTALACOES PUBLICAS
2.001	MANUTENCAO DOS SERVICOS DA CAMARA	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.002	MANUTENCAO DA ADMINISTRACAO DO PODER LEGISLATIVO	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

**PROGRAMA: 0003 MODERNIZACAO DAS FINANÇAS PUBLICAS**

**OBJETIVO: SANEAR AS FINANÇAS PUBLICAS E AUMENTAR A ARRECADAÇÃO MUNICIPAL.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.016	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA FAZENDA	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.056	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.057	MANUTENCAO SERVICOS DE TRIBUTACAO E ARRECADAÇÃO	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO



**MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013  
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.058	MANUTENCAO ATIVIDADES DOS SERVICOS CONTABILIDADE	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.069	MANUTENCAO DOS SUBSIDIOS DOS SECRETARIOS	UN	1,00	MODERNIZAR AS FINANÇAS PUBLICAS

**PROGRAMA: 0004 ASSISTENCIA SOCIAL**

**OBJETIVO: ATENDER O SERVICO DE ASSISTENCIA SOCIAL GARANTINDO A TODOS IGUALDADE SOCIAL. COMBATER A EXPLORACAO INFANTIL. AMPARAR OS IDOSOS. CONCEDER SUBVENCAO A ENTIDADES FILANTROPICAS.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.010	SUBVENCAO A "APAE"	%	100,00	SUBVENCAO CONCEDIDA
0.013	SUBVEN AO A AMAR	UNIDADE	80,00	SUBVEN AO MANTIDA
2.019	MANUTENCAO DO CONCELHO TUTELAR DA CRIANCA	%	100,00	EXPLORACAO INFANTIL COMBATIDA
2.020	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ASSISTENCIA SOCIAL	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.061	MANUTENCAO PROGRAMA IGDBF, PAIF E CRAS	%	100,00	POPULACAO ATENDIDA
2.066	MANUTENCAO DE SUBSIDIOS DOS SECRETARIOS	%	100,00	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL

**PROGRAMA: 0005 CULTURA, LAZER E TURISMO**

**OBJETIVO: APOIAR AS ATIVIDADES CULTURAIS.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.005	AQUISICAO EQUIP.AMPLIACAO SERV. TELEFONIA	%	100,00	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO
1.019	CONST. E AMPLICAO DO SINAL REPETIDORA DE TV	UN	0,00	POPULACAO INFORMADA
2.021	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE CULTURA	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.053	MANUT. FESTAS CIVICAS, FOLCLORICAS E POPULARES	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.054	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO TURISMO	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.071	MANUTENCAO DOS SUBSIDIOS DOS SECRETARIOS	UN	1,00	INCENTIVAR A PRATICA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER

## MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

#### PROGRAMA: 0006 UNIVERSALIZACAO DO ENSINO

##### OBJETIVO: ATENDER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO.ATENDER OS DIVERSOS NIVEIS DE ENSINO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.022	MANUTENCAO ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO	%	100,00	SERVICO DE ENSINO MANTIDO
2.067	MANUTENCAO DE SUBSIDIOS DOS SECRETARIOS	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

#### PROGRAMA: 0007 UNIVERSALIZACAO DO ENSINO INFANTIL

##### OBJETIVO: ATENDER AS ATIVIDADES DA CRECHE E ENSINO PRE-ESCO-LAR.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.021	CONSTRUCAO DE ESCOLAS DO PRE-ESCOLAR	UN	1,00	MELHORIA NAS INSTALACOES PUBLICAS
1.022	CONSTRUCAO DO PREDIO DA CRECHE MUNICIPAL	UN	1,00	MELHORIA NAS INSTALACOES PUBLICAS
2.004	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CRECHE	%	100,00	SERVICO DE ENSINO INFANTIL MANTIDO
2.029	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PRE-ESCOLAR	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

#### PROGRAMA: 0008 ATENDIMENTO AO ENSINO FUNDAMENTAL

##### OBJETIVO: ATENDER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL.ADQUIRIR MOVEIS, EQUIPAMENTOS E IMOVEIS. CONSTRUIRE REFORMAR ESCOLAS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.007	AQUISICAO IMOVEL P/ ENSINO FUNDAMENTAL	UNIDADE	1,00	IMOVEL ADQUIRIDO
1.013	CONST. E AMP. ESCOLAS ENS. FUNDAMENTAL	%	0,00	MELHORIA NAS INSTALACOES PUBLICAS
1.015	AQUIS. MOVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ENS. FUNDAMENTAL	%	0,00	MELHORIA NAS INSTALACOES ESCOLARES
1.017	AQUISICAO DE VEICULO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR	UN	0,00	SERVICO DE TRANPORTE ESCOLAR MANTIDO
2.007	MANUT. ATIV. TRANSPORTE ESCOLAR ENS. FUNDAMENTAL	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.012	REMUNERACAO DE DOCENTES DO MAGISTERIO FEB 60%	%	100,00	SERVICO DE ENSINO MANTIDO
2.013	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FEB 40%	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

**MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013**

**DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.018	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - REC. CONVENIO	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.024	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	%	100,00	SERVICPO DE ENSINO MANTIDO
2.026	MANUT. ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL - FEB 40 %	%	100,00	SERVICO DE ENSINO MANTIDO
2.027	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	%	100,00	SERVICO DE ENSINO MANTIDO
2.059	MANUTENCAO DE TRANSPORTE ESCOLAR EM CONVENIO SEEMG		0,00	COMBATE A EVASAO ESCOLAR

**PROGRAMA: 0009 ALIMENTACAO ESCOLAR**

**OBJETIVO: MANTER A ALIMENTACAO ESCOLAR DOS ALUNOS DA CRECHE,PRE-ESCOLAR E ENSINO FUNDAMENTAL.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.015	MANUTENCAO MERENDA ESCOLAR-RECURSOS CONVENIO FNDE	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.017	MANUTENCAO MERENDA ESCOLAR - CRECHE	%	100,00	SERVICO DE ENSINO MANTIDO
2.023	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR - REC. PROPRIOS	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.070	MANUTENCAO MERENDA ESCOLAR RECURSOS - PNAP	%	100,00	MERENDA DE BOA QUALIDADE

**PROGRAMA: 0011 ATENDIMENTO A SAUDE**

**OBJETIVO: ATENDER AS ATIVIDADES DA SAUDE.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.011	TRANSF. VERBA AO FUNDO ESTADUAL FARMACIA BASICA	%	100,00	TRANSFERENCIA CONCEDIDA
0.012	MANUTEN AO DO CONTRATO DE RATEIO COM O CIS-VERDE	%	100,00	SERVICO DE SAUDE MANTIDO
1.008	AQUISICAO MOVEIS,VEICULO E EQUIP.PERM.SEC.SAUDE	%	100,00	VEICULO/MOVEIS ADQUIRIDO
1.023	CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE POSTOS DE SAUDE	UN	0,00	MELHORIA NAS INSTALACOES PUBLICAS
1.024	AQUISICAO DE IMOVEIS PARA SETOR DE SAUDE	UN	0,00	MELHORIA NAS INSTALACOES PUBLICAS
1.025	AQUIS. MOVEIS, VEIC. E EQUIP. P/SETOR SAUDE	UN	0,00	MELHORIA NAS INSTALACOES PUBLICAS

## MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013

#### DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.025	MANUTENCAO PROGRAMA SAUDE EM CASA	%	100,00	SERVICO MANTIDO
2.030	MANUT. ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE	%	100,00	SERVICO DE SAUDE MANTIDO
2.031	MANUTENCAO PROGRAMA SAUDE BUCAL	%	100,00	SERVICO MANTIDO
2.033	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES SAUDE - MS/SUS	%	100,00	SERVICO DE SAUDE MANTIDO
2.034	MANUTENCAO SERVICOS LABORATORIO ANALISE CLINICA	%	100,00	SERVICO DE SAUDE MANTIDO
2.035	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE SAUDE	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.068	MANUTENCAO DOS SUBSIDIOS DOS SECRETARIOS	%	1,00	MANTER A SECRETARIA DE SAUDE

#### PROGRAMA: 0012 VIGILANCIA SANITARIA

##### OBJETIVO: MANTER A VIGILANCIA SANITARIA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.038	MANUTENCAO ATIVIDADES VIGILANCIA SANITARIA - R.P.	%	100,00	SERVICO DE SAUDE MANTIDO
2.051	MANUT. ATIVIDADES VIGILANCIA SANITARIA - VIGISAN	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.055	MANUT. ATIVIDADES SAUDE VIG. EPIDEMIOLOGICA-EPCDOE	%	100,00	SERVICO DE SAUDE MANTIDO

#### PROGRAMA: 0013 ATENCAO BASICA DA SAUDE

##### OBJETIVO: MANTER O ATENDIMENTO DA SAUDE A POPULCAO URBANA ERURAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.032	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE SAUDE - REC. PAB	%	100,00	SERVICO DE SAUDE MANTIDO
2.037	MANUT. ATIV. PROG. SAUDE FAMILIA - P.S.F.	%	100,00	SERVICO DE SAUDE MANTIDO
2.039	MANUT. ATIV. PROG.AGENTES COMUNITARIOS SAUDE -PACS	%	100,00	SERVICO DE SAUDE MANTIDO

## MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

#### PROGRAMA: 0014 SERVICOS URBANOS

##### OBJETIVO: ATENDER AS ATIVIDADES DOS ERVICOS URBANOS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.006	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA	%	100,00	SERVICO MANTIDO
1.029	AQUIS. VEICULO E EQUIP. P/ SERV. LIMPEZA PUBLICA	UN	0,00	MELHORIA NAS INSTALACOES PUBLICAS
1.030	CONSTRUCAO E AMP. PRACAS, PARQUES E JARDINS	UN	0,00	MELHORIA NAS INSTALACOES URBANAS
1.031	CONST. PAV. E CALCALMENTO RUAS, AVENIDA E ANEXOS	%	25,00	MELHORIA NAS INSTALACOES PUBLICAS
1.032	AQUISICAO DE IMOVEL P/ CONSTRUCAO CASAS POPULARES	UN	0,00	MORADIA PARA TODOS
1.034	CONST E REST. CASAS POPULARES URBANAS	%	0,00	MELHORIA NAS INSTALACOES PUBLICAS
2.040	MANUTENCAO DOS SERVICOS LIMPEZA PUBLICA	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.041	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE PARQUES E JARDINS	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.042	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DOS SERVICOS URBANOS	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.043	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ILUMINACAO PUBLICA	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.044	MANUT. ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.064	MANUTENCAO DOS SUBSIDIOS DOS SECRETARIOS	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

#### PROGRAMA: 0015 SANEAMENTO BASICO

##### OBJETIVO: SANEAMENTO BASICO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.020	CONSTRUCAO DE FOSSAS SEPTICAS	%	0,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
1.027	CONST. CANALIZACAO E DRENAGEM AGUA PLUVIAL	UN	0,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
1.028	CONST. E AMPLIACAO REDE ESGOTO SANITARIO	%	0,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
1.033	10AMPLIACAO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA	UN	1,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.046	MANUT. SERVICO DE ABASTECIMENTO DE AGUA	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013  
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.047	MANUT. ATIVIDADES DO SERVICO REDE DE ESGOTO	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

PROGRAMA: 0016 ESTRADAS VICINAIS

OBJETIVO: ESTRADAS VICINAIS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.016	AQUIS. VEICULOS E MAQ. PESADAS P/ESTRADAS VICINAIS	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
1.018	CONST. AMP. ESTRADAS, PONTES, MATA-BURROS E ANEXOS	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.048	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DAS ESTRADAS VICINAIS	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

PROGRAMA: 0017 ESPORTE

OBJETIVO: ESPORTE

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.010	CONSTRUCAO DO GINASIO POLIESPORTIVO	UN	0,00	SERVICO DE ESPORTE MANTIDO
1.011	CONSTRUCAO DO ESTADIO MUNICIPAL	%	0,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.005	MANUTENCAO DESPORTO AMADOR	%	100,00	SERVICO MANTIDO

PROGRAMA: 0018 PRESERVACAO AMBIENTAL

OBJETIVO: PRESERVACAO AMBIENTAL

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.014	REFLORESTAMENTO DE NASCENTES.	%	0,00	MEIO AMBIENTE PROTEGIDO

MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2013  
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

PROGRAMA: 0019 AGRICULTURA E PECUARIA

OBJETIVO: AGRICULTURA E PECUARIA

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.004	TRANSFERENCIA DE VERBA A EMATER	%	100,00	SERVICO DE AGRICULTURA MANTIDO
1.014	AQUISICAO DE MAQ.VEIC. E IMPLEMENTOS AGRICOLAS	UN	1,00	SERVICO DE AGRICULTURA MANTIDO
2.008	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA	%	100,00	SERVICO MANTIDO
2.050	MANUTENCAO DOS SERVICOS DO C.M.D.R.S.	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.052	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES SEC.AGRICULTURA	%	100,00	SERVICO DE AGRITULTURA MANTIDO
2.062	INCENTIVO A PEQ. PRODUTORES ( GALPAO DO PRODUTOR)	%	100,00	APOIO AO PEQUENO PRODUTOR
2.065	MANUTENCAO DOS SUBSIDIOS DOS SECRETARIOS	%	100,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO

PROGRAMA: 9999 RESERVAS

OBJETIVO:

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
9.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	%	100,00	ATENDER PASSIVOS CONTINGENTES

## MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA

### Índice Geral

<b>Relatório</b>	<b>Página</b>
Texto da Lei da LDO	3
Demonstrativo I - Metas Anuais	14
Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior	15
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores	16
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido	17
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos	18
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado	19
Demonstrativo IX - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências	21
Demonstrativo das Metas e Prioridades da Administração	23